Learning by design: um outro paradigma para o trabalho da aprendizagem

Ensaia-se aqui uma breve apresentação do "Learning by Design" (Kalantzis & Cope, 2005), dispositivo de trabalho pedagógico assente em correntes teóricas tributárias, muito particularmente da educação de adultos.

Learning by Design é aquilo que designaríamos pela aprendizagem em contexto formal, aquela a que se atribui um tempo e um espaço próprios, bem como finalidades definidas. É o próprio *desenho* dos processos de aprendizagem, uma aprendizagem centrada nos modos de aprender, mas cujo enfoque é o efectivamente aprendido enquanto processo de significação de um trabalho partilhado. Os modos de aprender permitem sublinhar que, à construção do processo de significação, embora partilhado, está subjacente a singularidade de cada sujeito aprendente, o que sugere a pluralidade daqueles, contrariando o tão precioso princípio do edifício escolar, o majestático *ensinar a todos como se fosse um só*.
Inspirado, entre outros, nos trabalhos de David Kolb sobre a experimentação activa e os estilos de aprendizagem, o dispositivo L-by-D reúne quatro processos de conhecimento, acção e significação; aos tradicionais processos de aprendizagem – o conceptualizar *(a teoria)* e o aplicar *(a prática)* – associa o experienciar e o analisar. O primeiro acentua a importância de o novo conhecimento se dever ancorar no conhecimento do mundo da vida dos sujeitos, o segundo interroga a avaliação no tradicional processo de ensino/aprendizagem; se neste ela é o termo do próprio processo – garante a identificação do aprendido, mas não problematiza o não aprendido – é mediante a análise reflexiva/crítica que é possível perceber o não aprendido e os seus porquês.
Cada um destes quatro processos apresenta ainda dois níveis, um primeiro de maior familiaridade para o sujeito aprendiz, que repousa sobre um campo de segurança no processo de aprendizagem, e um segundo que encerra a aprendizagem do novo, do desconhecido, a capacidade de transformação do sujeito (por intermédio da aprendizagem), a qual é favorecida se a relação educativa for, efectivamente, uma relação de segurança/pertença.
Contextualmente, a fundamentação do dispositivo L-by-D identifica uma sociedade em rápida transformação ao nível, entre outros, dos recursos tecnológicos e comunicacionais, hoje disponíveis e crescentemente integrantes do mundo da vida das crianças e dos jovens. Pensar a Escola e os processos de ensino/aprendizagem sem a contextualizar no espaço social em que ela se enquadra é negar à aprendizagem (formal) recursos já integrados nos contextos de aprendizagem informais e não formais daqueles. Tal não se traduz, necessariamente, numa crescente individualização do processo de aprendizagem; sob o ponto de vista dos critérios de avaliação das aprendizagens estabelecem-se três níveis de realização – os níveis da competência assistida, autónoma e colaborativa – sendo sobre este último que recai a ponderação mais elevada.
Na concretização do dispositivo, o papel exemplar do professor é crucial: tal pressupõe, também por parte deste(s), a valorização do trabalho colaborativo no *desenho* de diferentes actividades de aprendizagem onde a articulação dos diversos processos de conhecimento permite que, num momento ou noutro, todo o sujeito aprendiz consiga identificar-se com as aprendizagens que efectua. É a percepção do(s) processo(s) no(s) qual(ais) o sujeito aprendiz manifestou mais dificuldades que permite trabalhar a dimensão transformativa que a aprendizagem encerra.
Em síntese, se o dispositivo L-by-D não se focaliza na discussão de programas curriculares, mas sobretudo em metodologias de aprendizagem que permitam fazer face à diversidade dos sujeitos aprendentes como à diversidade dos seus modos de aprender, o seu potencial não deixa de residir, sobretudo, no relevo do trabalho docente, pondo-o ao nível, pelo menos, da *ditadura* dos currículos.

Henrique Vaz